Moçambique

Em 2014, Moçambique fez um avanço moderado nos seus esforços de eliminar as piores formas de trabalho infantil. O governo aprovou um novo Código Penal com disposições referentes à exploração sexual comercial de crianças. O governo também adoptou uma nova política para aumentar o registo de nascimentos em todo o país, iniciou um programa social destinado a reforçar a coordenação para lidar com o tráfico de seres humanos e começou a realizar investigações sobre o trabalho infantil. Contudo, há crianças envolvidas no trabalho infantil em Moçambique, incluindo na agricultura e no serviço doméstico. O quadro jurídico de Moçambique é omisso no que diz respeito à proibição do trabalho infantil, incluindo-se nas suas piores formas. A lei não proíbe profissões ou actividades perigosas para crianças, e o ensino é obrigatório apenas até aos 13 anos de idade, o que deixa as crianças de 13 e 14 anos vulneráveis ao trabalho infantil. Os programas actuais trabalham com crianças de rua e vítimas do tráfico de crianças, mas não abrangem outros sectores nos quais há crianças envolvidas em trabalhos perigosos.

Com base no relatório, sugerem-se acções que avançariam a eliminação do trabalho infantil, incluindo as suas piores formas, em Moçambique.

Área	Acção sugerida	Ano(s) sugerido(s)
Quadro jurídico	Certificar-se de que a lei estabeleça profissões ou actividades perigosas específicas proibidas para crianças, a incluir todos os sectores relevantes em Moçambique.	2009 – 2014
	Certificar-se de que seja proibido recrutamento militar de crianças menores de 18 anos em todas as circunstâncias.	2010 – 2014
	Certificar-se de que a lei proíba o uso de crianças para a exploração sexual comercial.	2014
	Elevar a idade de ensino obrigatório para que coincida com a idade mínima de emprego.	2009 – 2014
Fiscalização	Afectar recursos suficientes para o MITRAB para que possa (1) aumentar a quantidade de inspectores do trabalho e assegurar a cobertura de todo o país, incluindo as zonas rurais; e (2) oferecer capacitação adequada sobre trabalho infantil aos inspectores do trabalho.	2009 – 2014
	Disponibilizar informações ao público sobre a quantidade de inspecções laborais realizadas, violações de trabalho infantil observadas, multas ou penalidades emitidas, assim como a quantidade de investigadores responsáveis por aplicar as leis penais referentes às piores formas de trabalho infantil e de investigações, processos e condenações.	2009 – 2014
	Estabelecer mecanismos de encaminhamento para fazer a ligação entre todas as vítimas das piores formas de trabalho infantil e os respectivos serviços de assistência social.	2014
Coordenação	Estabelecer mecanismos de coordenação para combater o trabalho infantil, incluindo as suas piores formas.	2010 – 2014
Políticas governamentais	Integrar as estratégias de eliminação e prevenção do trabalho infantil nas políticas existentes.	2010 – 2014
Programas sociais	Tomar medidas para garantir que todas as crianças, sobretudo raparigas e órfãos, tenham acesso a educação de boa qualidade e se sintam seguras nas escolas, incluindo-se o fornecimento de	2010 – 2014

	materiais e a disponibilidade de professores e salas de aula suficientes. Processar professores que exigem sexo dos alunos como condição de aprovação.	
	Avaliar o eventual impacto dos programas existentes sobre o trabalho infantil.	2010 – 2014
	Instituir programas para lidar com o trabalho infantil na agricultura e no serviço doméstico, assim como ampliar os programas em curso para enfrentar a dimensão do problema do trabalho infantil.	2010 – 2014